

**Parecer nº 139/99**

Data: 1999.09.09

Processo nº 675

**Requerente:** Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste

**1. O Pedido**

Ao abrigo da Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), a Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste solicitou à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) parecer sobre o direito da associação de caçadores acima referida obter informações pedidas do processo nº 1488-DGF, designadamente:

- a) As fotocópias dos acordos com os agricultores referentes à freguesia de Espinheiro, apresentados pelo Clube de Caçadores Amiense;
- b) Os nomes dos naturais ou residentes na freguesia do Espinheiro que o Clube de Caçadores Amiense indicou como sócios, afim de poder integrar os respectivos terrenos na zona de caça associativa.

**2. Apreciação**

2.1. A informação, cujo acesso é pedido, consta de documentos administrativos, de acordo com a definição do artigo 4º da LADA, que se mantém também inalterado na Lei 94/99, de 16 de Julho isto é, na 2ª alteração da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto.

2.2. Nos termos do artigo 7º, o acesso a estes documentos não é restrito e compreende não só o direito de obter a sua reprodução, como o direito à informação sobre o seu conteúdo.

2.3. Os acordos com agricultores para a legalização de zonas de caça associativa não cabem nas restrições legais impostas pela LADA para o acesso a documentos nominativos nem aos outros tipos de documentos por ela excepcionados. Não estaremos em face de acordos secretos em qualquer sentido; a identidade dos intervenientes em tais acordos não poderá relevar da protecção inerente aos dados pessoais contidos nos suportes de informação nos termos da alínea *b)* do nº 1 do artigo 4º, visto que dados pessoais são apenas, de acordo com a alínea *c)* deste artigo, as informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada.

2.4. O nome, naturalidade e residência dos agricultores abrangidos por uma associação e que nesses dados se baseia para ser legalizada ou para obter determinadas concessões são dados de acesso permitido, em nome do princípio da administração aberta consagrado no artigo 268º nº 2 da Constituição da República e que a LADA veio regulamentar.

2.5. Como os documentos que contém tal informação são detidos pela Administração Pública e fazem parte de um processo elaborado em cumprimento de exigências legais, não parece haver dúvidas de que lhes deve ser dado o acesso requerido.

Não será de presumir que nos documentos pretendidos haja quaisquer dados pessoais, situação em que; da aplicação do nº 6 do artigo 7º decorreria que os documentos poderiam ser objecto de comunicação parcial, se fosse possível expurgar deles a informação relativa à matéria reservada.

Neste caso e mesmo que se tratasse de documentos nominativos, afigurar-se-ia possível fundamentar o acesso no interesse directo, pessoal e legítimo por parte da associação requerente, para verificar o eventual abuso de incluir nomes de proprietários com a finalidade de abranger terrenos que lhes pertenciam.

### **3. Conclusões**

3.1. As informações pretendidas pela Associação de Caçadores da freguesia de Espinheiro estão incluídas no acesso geral aos documentos administrativos, de acordo com o nº 1 do artigo 7º da LADA.

3.2 Não se considera a existência de dados pessoais referentes aos intervenientes indicados, mas, se eventualmente os houvesse, seria, ainda assim, possível a comunicação parcial dos documentos, de acordo com o nº 6 do referido artigo 7º.

Com os fundamentos que antecederem, a CADA delibera, portanto, emitir parecer favorável à satisfação do pedido de acesso feito pela associação requerente.

Lisboa, 9 de Setembro de 1999.

*Branca Amaral* (Relatora) – *Silva Marques* – *Narana Coissoró* – *João Figueiredo* – *Vasco Almeida* – *Francisco de Brito* – *Renato Gonçalves* – *Amadeu Guerra* – *Castro Martins* (Presidente)